

**AUTOR: Sérgio Roberto Nunes**  
**INSTITUIÇÃO: Universidade de São Paulo**  
**CÓDIGO DO TRABALHO: 5874**

**ESPAÇO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARQUITETÔNICO E TURISMO NOS  
CENTROS URBANOS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL**

*“A história é um processo sem fim;  
mas os objetos mudam e dão geografia  
diferente a cada momento da história”.*

(Kant, filósofo e geógrafo).

Os centros das cidades são espaços que possuem atributos tanto simbólicos quanto materiais que os fazem se tornar referência para a experiência urbana de seus cidadãos, sendo que neles, primordialmente, encontram-se os patrimônios históricos e culturais das cidades, seja nos edifícios antigos ou nos nomes de ruas e praças, em seus modelos urbanísticos, etc. Mas antes de entendermos os centros urbanos enquanto um conjunto de bens histórico-culturais inseridos no espaço é necessário recorrer a epistemologia geográfica, tomada aqui como o “*estudo da constituição dos conhecimentos válidos*” (JAPIASSU, 1977) adquiridos e sedimentados pela geografia enquanto ciência ao longo do tempo, devemos entendê-lo enquanto fração do espaço urbano e assim estabelecer uma análise com o patrimônio nele inserido a partir dos referenciais teóricos da ciência geográfica no que tange à análise e organização da dinâmica sócio-espacial.

Nesse sentido, as considerações realizadas a seguir serão próprias de uma epistemologia particular que dialoga com uma epistemologia geral e que possui um sistema de códigos próprios que nos auxiliarão a compreender a relação espaço-patrimônio nos centros urbanos.

Segundo o Prof. Milton Santos, em seu livro Espaço e Método (1985:5),

*“o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma*

*regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes”.*

O espaço nos aparece como um todo fragmentado, sendo assim, *“temos que dividir a realidade de forma que ela possa ser reconstruída quando novamente juntarmos suas partes”*. Com base nesta consideração de método para análise espacial, de que o conhecimento pressupõe a análise e que esta por sua vez pressupõe a divisão, levaremos em consideração neste texto apenas o conjunto de objetos tomados enquanto patrimônio e contidos nos limites territoriais do espaço urbano.

O espaço é produzido a cada momento da história. Milton Santos em seu livro *“A natureza do espaço”* (2002) conceitua o espaço geográfico como sendo *“um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”*. Muitos desses objetos citados por ele, componentes do espaço geográfico e instalados para responder às necessidades humanas, cristalizam as ações de um determinado momento do espaço e com este continua a estabelecer relações, preservando seu significado original ou estabelecendo outros novos no decorrer do tempo em função do sistema de ações dominantes em cada período. Sendo assim, os momentos pretéritos estão mortos com o tempo, passando a se tornar na realidade espacial presente objetos geográficos atuais. Estes objetos cristalizados e imbuídos de significado próprio, na maioria das vezes, estão contidos em um agrupamento de elementos e acabam por possuir um significado maior traduzido pelo conjunto. Estes conjuntos de materialidades herdadas, que configuram a idéia de patrimônio histórico-arquitetônico, trazem consigo as relações sociais e culturais impressas nos objetos.

Ainda na mesma obra, Milton Santos define a materialidade herdada como rugosidade, referindo-se *“ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares”*. No entanto, estas rugosidades não podem ser consideradas apenas como heranças físico-territoriais, traduzindo-se somente por simples resquícios materiais, mas também como heranças físico-geográficas, tendo em vista que *“é a sociedade, isto é, o homem que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida”*. Os objetos, incluindo os patrimoniais, não participam da dialética do processo de formação do espaço senão pela interação destes com a sociedade e a sua conseqüente atribuição de valor, passando

assim a compor a realidade espacial. Sendo assim, somente a simples existência material das formas não basta, tendo em vista que no espaço os objetos devem ser imbuídos também de significação.

Mesmo que no plano do lugar o espaço seja predominantemente constituído por ações horizontais, em tempos de globalização ele é submetido cada vez mais às verticalidades e adaptado aos imperativos globais, sendo caracterizado por um sistema de ações externos ao local, que direciona fluxos materiais e imateriais para interagir com o sistema de objetos preexistentes, em que se incluem as materialidades herdadas.

Em outras palavras, estes fluxos interagem com os fixos, representados pelos sistemas de objetos, gerando uma nova materialidade, que se adapta aos interesses do mercado e, gerando novos sentidos e valores a materialidade pré-existente, altera a configuração espacial que passa a adequar-se aos interesses globais e mercantis.

As materialidades herdadas de relevante interesse histórico, cultural e social, apropriadas ou não por atividades econômicas, constituem o chamado patrimônio histórico, encontrado nos espaços das cidades, principalmente em suas áreas centrais, propiciando um resgate dos valores pretéritos, tradições culturais e o imaginário de seus cidadãos em consequência do amplo material simbólico que possuem para a memória coletiva, o que pode, teoricamente, contribuir para a valorização do presente. Entretanto, novas práticas sociais espacializadas resultam na coexistência de velhas e novas materialidades locais, consequência da adequação do espaço à dinâmica do presente, havendo assim uma variabilidade temporal das funções e, principalmente de valores e significados, sendo que um dos condicionantes desta dinâmica é, sem dúvida, a atividade turística, que se apropria de determinadas porções do território e promove, de forma direta ou indireta, mudanças no que diz respeito à sua ordem material e simbólica.

Ao serem atribuídos valores econômicos aos sistemas de objetos pré-existentes, estes geralmente são refuncionalizados, aumentando a intensidade dos fluxos e respondendo as necessidades contemporâneas, passando, de modo geral, a possuir um menor valor de uso e um maior valor de troca, tornando-se assim mercadoria. Ou seja, uma vez chamados a permanecer no espaço e atender à dinâmica do presente, estes velhos objetos ganham novas funções.

Com a globalização houve um considerável aumento dos fluxos mundiais, influenciados pelos avanços tecnológicos, informacionais e de transportes, impondo aos lugares uma certa homogeneização, tornando cada vez mais abstratas as fronteiras

territoriais, diluindo os diferentes hábitos e costumes dos locais, forçando um imaginário coletivo comum e a difusão de objetos-signo a nível mundial. Estes aspectos evidenciam uma rarefação das diferenças locais diante de uma tendência à homogeneização imposta pelo mercado. Entretanto, há uma relação dialética entre o global e o local, o universal e o singular que redefinem as configurações do espaço. A ações verticais que recaem sobre os espaços interferem no funcionamento do conjunto, o que faz surgir focos de tensão entre o mundo e o lugar.

Muitas são as intervenções urbanas a fim de transformar as áreas mais antigas e degradadas da cidade em locais para atração de capitais e desenvolvimento do turismo. No entanto, muitas vezes as materialidades herdadas representam uma resistência aos imperativos globais neste processo de adaptação aos interesses de mercado, ou seja, as tendências homogeneizantes impostas pelo “localismo globalizado” esbarram nas características particulares do lugar, transformando, desestruturando ou reestruturando as condições locais, ou seja, as ações novas sobre os objetos velhos tem sua eficácia limitada. Nas palavras de CIFELLI, (2005:9)

*“O movimento dialético entre o global e o local, do mesmo modo que gera uma sujeição do local à lógica global, evidencia suas especificidades, as quais podem ser responsáveis pela geração de focos de resistência local às pressões globais, como também, podem sujeitar-se à dinâmica por meio de processos de reestruturações e adaptações sucessivas visando atender a interesses”.*

A compreensão do espaço geográfico não é uma tarefa fácil, tendo em vista que em suas sucessivas configurações, associadas à articulação de forças provenientes da esfera local, nacional e global, a realidade espacial produz dificuldades na apreensão de sua dinâmica, pois se encontra sempre numa intensa totalização<sup>1</sup>, sendo que, por meio da apreensão de suas formas e de seu conteúdo é possível compreender as relações da

---

<sup>1</sup> “A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se”. “Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá as velhas coisas um novo conteúdo. O processo de totalização conduz da velha à nova totalidade e constitui a base do conhecimento de ambas”.

totalidade espacial. Há, assim uma espacialização da totalidade<sup>2</sup>, dada por meio da ação que leva o universal ao particular, resultando nas peculiaridades de cada lugar. Neste sentido, afirma Milton Santos (2002) que “*o particular se origina do universal e dele depende*”. A partir deste raciocínio, é possível afirmar que o lugar sofre as determinações do país e do mundo, mas dialeticamente, em função das resistências nele encontradas, se faz diferente dos demais lugares existentes, tornando-se único.

Formado por conjuntos de objetos remanescentes de diversas temporalidades, o espaço geográfico revela os modos de organização social existentes em cada período da história, que são incorporados à realidade contemporânea e submetidos a um sistema de ações determinando sua variação funcional. Além disso, as condições políticas, econômicas e culturais, reconfiguram o sistema de relações sócio-espaciais atrelados a estes objetos. Dessa forma, os objetos são expressos não só pela sua dimensão material, mas também por suas formas e funções atrelados a estrutura social em curso. Segundo SANTOS (2004:58)

*“O espaço não pode ser estudado como se os objetos que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação. Isto seria adotar uma metodologia puramente espacista, ignorando os processos que ocasionaram as formas”.*

Estes conjuntos de objetos remontam tempos pregressos e são testemunhos de organizações sociais anteriores, expressando os valores e a memória de outros tempos. Em sua maior parte, tais objetos eram alvo de laços afetivos, referenciais de identidade e de sentimentos de pertencimento da sociedade de outrora para com o seu lugar. A partir destes objetos deveriam ser construídos coletivamente aspectos simbólicos em que ruas, praças e monumentos tornar-se-iam suportes físicos de significações e lembranças, marcos de pertencimento.

Entretanto, as mudanças ocorridas no espaço e refletidas no patrimônio, resultante das alterações sofridas pelos objetos, afetam o sistema de significações neles contidos. Os sistemas de objetos, mais precisamente os bens patrimoniais, têm suas

---

<sup>2</sup> Para Milton Santos (2002), “A totalidade não é uma simples soma de partes”. “A totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer”. “Enquanto real-abstrato, a totalidade é potência: é através das formas que se torna ato, real-concreto”. Em suma a totalidade é o resulta e e a totalização o processo.

imagens difundidas pelos meios de comunicação em massa que elevam seu grau de atratividade e os transformam em objetos de consumo, enquanto para a população ocorrem sérias conseqüências nas relações de pertença e identidade com o seu território de referência, numa relação de alteridade e estranhamento. Há neste momento um esvaziamento de significação, em que os objetos ao adequarem à lógica do consumo, são destituídos de sua essência. Ademais, quando voltados ao consumo do turismo, por exemplo, estes objetos passam a estabelecer uma relação cada vez mais efêmera e superficial com o meio social, sendo que a dimensão material do objeto destaca-se mais do que sua essência, tornando sua dimensão temporal uma mercadoria, transmitindo a idéia genérica de quanto mais antigo for, mais valorizado economicamente também será.

O passado ao ser cristalizado enquanto forma em seus elementos espaciais, pode também representar barreiras à realização das novas ações, por não responderem mais altura dos anseios da modernidade e do capital, sendo que estes elementos acabam sendo substituídos ou adaptados à nova realidade com sua refuncionalização para posterior integração a lógica mercantil. Além de reconfigurar a estrutura espacial já existente, dando novas funções e significados às antigas materialidades, as ações dos imperativos globais tendem, também, a implantar novos objetos no espaço, dotados de ciência e técnica, sendo que a coexistência de objetos pretéritos com os novos objetos técnicos voltados a atender os interesses do mercado, resulta numa realidade espacial singular que ora se adapta e cede as ações verticalizadas, ora resiste à modernidade, conforme a organização social presente.

Ainda que haja mudanças com relação aos seus significados e funções, os objetos, enquanto forma<sup>3</sup>, permanecem como componentes da paisagem geográfica<sup>4</sup>, tendo em vista que estas formas são criadas em momentos históricos diferentes e coexistem na realidade espacial presente, podendo assumir mais de uma função, o que

---

<sup>3</sup> “A forma é o aspecto visível de uma coisa”. Milton Santos (1985)

<sup>4</sup> Segundo Milton Santos em “A Natureza do Espaço” (2002), “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. “A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão”. “A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção horizontal, uma situação única”.

faz com que não sejam apenas um conjunto de elementos pretéritos, mas sim a história congelada que participa da história viva e agrega novos conteúdos sociais, ou seja, as dinâmicas sociais criam e transformam as formas (SANTOS, 2002). Considerada de maneira individual a forma geográfica representa um modo de produção ou um de seus momentos.

As formas contêm o passado, são produzidas em períodos diversos para atender determinadas funções e necessidades, no entanto, são “*governadas pelo presente*” (SANTOS, 1985). Estas formas dotadas de uma função tornam-se formas-conteúdo, ou seja, os objetos que compõem a paisagem, que por sua vez, abrange a percepção do indivíduo em relação à materialidade existente numa certa porção do território. A história permanece no espaço por meio de sua materialidade, entretanto o seu conteúdo social constantemente está em mutação, a dinâmica social cria e transforma as formas.

Sendo assim, a permanência das formas no espaço pode não ser acompanhada da permanência de sua função original, revelando o movimento da sociedade e dos novos valores somados às velhas formas que tem seu significado e uso constantemente modificados. É neste ensejo que o lugar ganha relevância com relação à paisagem da cidade, sendo que a cada momento histórico este passa a ter uma significação própria. Espaços delimitados, dotados de significado social e potencial material de transformação são o novo palco de investimentos do espaço urbano.

As materialidades herdadas valorizadas enquanto atrativos turísticos tanto são condicionadas como condicionam as formas de apropriação de porções do território, passando a se tornar focos de atração de turistas nas cidades, onde é encontrada a maior parte dos conjuntos patrimoniais, tendo em vista que estes locais possuem denso material remanescente de outras épocas. Este condicionamento se dá a partir do momento em que há uma refuncionalização das formas materiais para atender às novas demandas, gerando uma nova dinâmica de uso no espaço.

Em se tratando de turismo, além da refuncionalização das materialidades existentes, novos objetos são criados visando também atender as novas demandas de uso, como meios de locomoção, meios de hospedagem, alimentação e estabelecimentos comerciais de forma geral, destinados a suprir as demandas contemporâneas, dentre as quais encontram-se as demandas dos turistas. Com estas adaptações materiais é alterada significativamente a configuração paisagística local por meio da criação e adequação dos novos objetos aos novos sistemas de ações. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as velhas formas, as quais permanecem como heranças de outrora, mudam de função,

são criadas outras novas para responder as demandas contemporâneas. Entretanto, não surgem apenas novos objetos, mas também novas ações.

Tanto no que diz respeito aos bens recentemente criados, quanto às materialidades herdadas e consideradas como patrimônio, percebe-se a sujeição da cultura aos desígnios do capital, que incorpora o patrimônio à esfera do consumo em decorrências das promissoras divisas geradas pela atividade turística, sendo que muitas vezes há o predomínio do valor mercantil em detrimento do valor cultural, em que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Há, portanto, uma alteração tanto na significação quanto no valor do objeto, mesmo que sob o aspecto material seja o mesmo.

No tocante à questão patrimonial, à medida que os objetos são modificados em suas partes para atender os interesses turísticos, são alteradas também sua funcionalidade e eficácia, e materialmente falando, se adulterado de forma mais brusca e estrutural em sua parte física, faz-se dele outra coisa.

Boa parte dos novos objetos criados é concebida por instâncias oficiais e considerada por estas como bens patrimoniais, possuindo significações próprias que muitas vezes são divergentes e conflitantes daquelas consideradas pela população local, que, por sua vez, estabelece com os bens patrimoniais, considerados como tal, laços afetivos, memórias e outros sentidos que constituem para ela a idéia de patrimônio.

Os objetos geográficos são, a cada dia que passa, cada vez mais carregados de informação, o que não significa dizer que tais informações façam parte do domínio da maioria das pessoas que com estes estabelecem relações. Os sistemas de objetos e os sistemas de ações são cada vez mais imbuídos de artificialidade, tornando-se ainda mais estranhos ao lugar e aos seus habitantes.

As áreas centrais de muitas cidades, em função de sua importância histórica e cultural, tiveram boa parte de seus elementos patrimoniais tombados e sujeitos a planos de intervenção, visando sua preservação e impondo restrições normativas quanto a alterações formais e funcionais. A escolha dos objetos a serem preservados ou até mesmo criados nos núcleos urbanos gera determinadas transformações sócio-territoriais, pois condiciona as formas de organização do território e as práticas sociais que dão sentido à materialidade e à dimensão imaterial da cultura. Este novo contexto sócio espacial, decorrente da apropriação dos núcleos históricos pela atividade turística é responsável pela geração de uma nova dinâmica de uso do patrimônio cultural e por novas relações de poder e significação, em que diferentes grupos sociais estabelecem



modos diversos de apropriação do território e de envolvimento com os bens patrimoniais.

Quando apropriadas pela atividade turística, as formas são adaptadas aos novos conteúdos sociais e aos novos interesses econômicos, subordinado-as a uma racionalidade mercantil. Ao fundo desta nova dinâmica territorial, em que há a conjugação das formas pretéritas aos velhos e novos usos e funções, nem sempre as práticas sociais se dão de maneira harmônica em razão da multiplicidade de agentes sociais que buscam a satisfação de seus interesses e necessidades. Dessa forma, essa nova dinâmica de uso e apropriação do espaço consubstancia-se na sobreposição de antigas e novas práticas sociais, fazendo com que novas territorialidades urbanas se formem e reflète a multiplicidade de usos e as mais variadas relações simbólicas e de poder entre a sociedade e o território, onde podem ser encontradas as territorialidades das empresas, do mercado imobiliário, do narcotráfico, da prostituição, das economias informais, do turismo e de tantas outras que caracterizam o espaço urbano. Como efeito colateral deste embate de interesses diversos, é gerado muitas vezes um processo de restrição ou total exclusão territorial, colocando em evidência as diferenças sócio-espaciais e refletindo a desigualdade no direito à cidade.

Essas variações na dinâmica do uso e na apropriação do espaço também acarretam numa alternância de dias e horários em que são exercidas as territorialidades, onde ocorrem usos diurnos e usos noturnos de um mesmo espaço, como nos territórios dos moradores de rua, do jogo do bicho e do tráfico de drogas. Também é possível verificar nos centros urbanos o uso sazonal do espaço por atividades como o turismo, que modifica as formas de uso do território apropriado, substituindo, como por exemplo, o ritmo frenético do trabalho pelas territorialidades turísticas, concentradas naturalmente nos locais mais atrativos, como ocorre no centro da cidade de São Paulo em finais de semana, feriados e datas festivas. Tais variações no uso e apropriação evidenciam claramente um certo grau de oposição entre os chamados circuitos inferior e superior dos quais nos fala Milton Santos.

De forma geral, o desenvolvimento urbano e o vertiginoso crescimento de grandes cidades brasileiras tem feito com que o Poder Público invista prioritariamente na infra-estrutura de novos bairros, trazendo, por vezes, conseqüências para os investimentos nas áreas centrais, tendo em vista que algumas gestões se preocupam mais e outras menos com o aspecto patrimonial, mas nenhuma delas pode deixar de se preocupar com a expansão urbana, que não pára, principalmente no que diz respeito aos

desígnios do capital e à especulação imobiliária, não prejudicando assim o desenvolvimento econômico. Tal processo ocorre com frequência na

*“cidade de São Paulo, que constantemente abandona o passado, volta-lhe as costas e, em contraposição, reconstrói seu presente à imagem do presente hegemônico, o que tem permitido nos períodos recentes, um desempenho econômico superior, acompanhado por taxas de crescimento urbano muito elevadas”* (SILVEIRA e SANTOS, 2001:275).

Este processo, porém, colabora com a obsolescência, desvalorização e degradação das áreas centrais e de seus elementos patrimoniais.

Atualmente nas cidades brasileiras há concomitantemente um processo de metropolização e desmetropolização. Ao longo das transformações históricas ocorridas nas últimas décadas, centro de cidades como São Paulo passaram por processos de esvaziamento populacional e degradação física. Tal situação tem ocorrido, dentre outros fatores, pelo crescimento da mancha urbana auxiliada pela dinâmica do capital que estabelece novas fronteiras de expansão, fazendo com que espaços centrais anteriormente ocupados percam investimentos tanto privados quanto públicos, resultando numa transformação de seus usos e, em algumas situações, em seu abandono. Entretanto, as áreas centrais possuem uma localização privilegiada dentro da rede urbana, tendo em vista que é bem servida pelo sistema de transporte coletivo no que tange à sua amplitude e diversidade, além de possuir uma infra-estrutura de serviços já implantada e em operação, o que, para o turismo é uma característica relevante.

Paralelamente, porém, estas características não interessam somente ao turismo, mas também às camadas mais pobres da população que, aproveitando-se da progressiva desvalorização, se inserem cada vez mais na área central da cidade em busca tanto de moradia quanto de trabalho, estabelecendo uma convivência, nem sempre harmônica, entre diferentes territorialidades: a dos moradores de rua, dos trabalhadores, dos turistas, etc. *“As grandes cidades são propícias a receber e acolher gente pobre e lhes oferecer alguma espécie de ocupação, não propriamente empregos”* (SILVEIRA e SANTOS, 2001). Contrariamente a este movimento, a refuncionalização destas áreas exclui os usos sociais indesejáveis, causando um processo de exclusão no território.

Desta forma, e diante de todo o exposto, é possível perceber que a transformação de objetos no espaço em bens patrimoniais não depende somente da simples decisão de considerá-lo patrimônio e deixá-lo à disposição do uso cultural e turístico, tendo em vista que encontramos como plano de fundo uma teia de ações e relações contraditórias e conflitantes que compõe a realidade espacial que resultam na composição dos conjuntos patrimoniais tomados enquanto tal. Portanto, selecionar e proteger um conjunto de objetos de importância patrimonial não basta, é necessário que hajam sujeitos dispostos a exercer a função de interlocutores, capazes de realizar a apropriação simbólica dos objetos. Geograficamente falando, a simples existência material das formas não basta, tendo em vista que os objetos que compõe o espaço geográfico devem ser imbuídos também de significação.

## **Bibliografia**

CARLOS, Ana Fani Alessandri, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (org.) *Representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOAY, Françoise. *L'allégorie du Patrimoine*. Paris, Éditions of Seuil.

CIFELLI, Gabrielle. *Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto – MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

DURHAM, Eunice. In: Arantes, Antonio A. (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Francisco Alves, 2 ed. Rio de Janeiro, 1977.

RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985. (Coleção espaços)

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos)

\_\_\_\_\_. *Da Totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos)

\_\_\_\_\_. *Pensando o Espaço do Homem*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos)

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3º ed. – Rio de Janeiro: Record 2001.